

**IC - Inquérito Civil n. 06.2019.00003008-0**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça, doravante denominado **Ministério Público**; **CONDOMÍNIO LAS ROZAS VILLAGE**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 14.488.355/0001-37, com sede na Avenida Campeche, n. 1.670, Campeche, Florianópolis, SC, representado por Suporte Administração de Condomínios Ltda. ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 03.440.184/0001-07, com sede na Avenida Mauro Ramos, n. 1.450, Edifício Platinum Tower, 2º andar, Centro, Florianópolis, SC, conforme Ata da Assembleia Geral de fl. 139/140, doravante denominado **Compromissário**, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2019.00003008-0, autorizados pelo art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347, de 1985, e art. 91 da Lei Complementar Estadual n. 738, de 2019, e:

**CONSIDERANDO** a função institucional do Ministério Público de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do art. 127 da Constituição Federal do art. 93 da Constituição do Estado de Santa Catarina;

**CONSIDERANDO** a legitimidade do Ministério Público para a defesa dos interesses metaindividuais prevista no art. 129, inciso III, da Constituição da

República, e art. 5º, *caput*, da Lei n. 7.347, de 1985;

**CONSIDERANDO** que na defesa de tais interesses e direitos pode o Ministério Público tomar compromisso de ajustamento de conduta, com fundamento no § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347, de 1985;

**CONSIDERANDO** o funcionamento do Condomínio Las Rozas Village sem Licença Ambiental de Operação (LAO), a ser expedida pela Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis (Floram);

**CONSIDERANDO** que, de acordo com o item 71.11.01 das Resoluções n. 98 e 99, de 2017, do Consema, condomínios de casas ou edifícios localizados em municípios da Zona Costeira constituem atividade potencialmente causadora de degradação ambiental passível de licenciamento ambiental quando não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade;

**RESOLVEM:**

Celebrar o presente **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, mediante as seguintes cláusulas:

**1 DO OBJETO**

**Cláusula 1ª.** Este Termo de Compromisso tem como objeto a regularização do sistema de esgotamento sanitário do Condomínio Las Rozas Village, localizado na Avenida Campeche, n. 1.670, Campeche, Florianópolis, SC, mediante a obtenção do devido licenciamento ambiental junto ao órgão ambiental competente.

**2 DAS OBRIGAÇÕES**

**Cláusula 2ª.** O **Compromissário** obriga-se, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da assinatura deste Termo, a regularizar seu licenciamento ambiental, mediante a obtenção da Licença Ambiental de Operação (LAO) ou autorização ambiental exigível, autorizando operação da atividade junto ao órgão

ambiental competente, com a verificação do efetivo cumprimento das medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a operação.

§ 1º. O **Compromissário** informará o Ministério Público do protocolo do processo administrativo e de seu andamento, em frequência bimestral.

§ 2º. Havendo atraso para a obtenção das licenças em razão de circunstâncias fortuitas ou imprevistas, poderão as partes pactuar novo prazo.

**Cláusula 3ª.** O **Compromissário** obriga-se ao pagamento de medida reparatória em relação ao dano ambiental causado, consistente no pagamento do valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em favor do Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados (FRBL), em 4 (quatro) parcelas mensais, iguais e sucessivas, com vencimento em 20-3-2021, 20-4-2021, 20-5-2021 e 20-6-2021.

### 3 DAS CLÁUSULAS PENAIS

**Cláusula 4ª.** Em caso de descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, o **Compromissário** ficará sujeito ao pagamento de multa no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a ser revertido ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL), sem prejuízo de outras medidas judiciais e da execução específica.

**Parágrafo único.** O descumprimento injustificado de diligências complementares solicitadas pelo órgão ambiental sujeitará o **Compromissário** às cláusulas penais previstas neste Termo de Ajustamento de Conduta.

### 4 DISPOSIÇÕES FINAIS

**Cláusula 5ª.** O **Ministério Público** obriga-se a não agir judicialmente contra o **Compromissário** em relação ao objeto deste ajuste, enquanto ele for cumprido.

**Cláusula 6ª.** As partes elegem o foro da Comarca da Capital para

dirimir conflitos decorrentes deste Termo de Compromisso.

**Cláusula 7ª.** O presente Termo de Compromisso será eficaz a partir de sua assinatura.

Por estarem assim compromissados, firmam este Termo, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, conforme art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347, de 1985.

Florianópolis, 10 de março de 2021.

**Rogério Ponzi Seligman**  
Promotor de Justiça

**Tarsia Smeha Quilião**  
OAB/SC 25.376-A  
Suporte Administração de Condomínios

**Vagner Padilha**  
Suporte Administração de Condomínios